

UM BALANÇO DE 2003

(Jornal da Tarde - 27/12/2003)

O ano de 2003 foi melhor do que qualquer brasileiro imaginaria viesse a ser, se, examinando os caminhos da candidatura Lula em abril de 2002, acreditasse em sua vitória e nas teses que defendia de rompimento com o FMI, de agressão ao sistema financeiro e de transferência de riquezas do setor produtivo para o Estado, em completa socialização da Economia.

O próprio candidato mudou seu discurso já em julho daquele ano e desarmou de tal forma seus opositores, que terminou por vencer as eleições, sem obstáculos.

Os primeiros ministros nomeados tranqüilizaram, de vez, o povo e os geradores de empregos, pois vieram --não de seu partido-- mas do meio empresarial, sendo nomes respeitados (Furlan, Meirelles, Rodrigues). O próprio Ministro Pallocci recebeu aplausos, pois era deputado petista reconhecido como moderado parlamentar e de bons conhecimentos econômicos e financeiros, inclusive com a administração de uma grande cidade brasileira.

Tranqüilizado o país, as restantes nomeações foram todas partidárias, com uma ou outra exceção, e, parte delas, um prêmio de consolação para os derrotados em seus redutos eleitorais.

O certo é que, graças à mudança de discurso, teve o Presidente Lula 60% de sufrágio do eleitorado brasileiro, enquanto seu partido perdeu governos estaduais, ficando com apenas três Estados de pouca população e obteve votação de apenas 30% do eleitorado nacional.

O governo, todavia, viveu em permanente dicotomia, desde o início. Enquanto os ministros não petistas impunham uma política econômica tradicional e, até certo ponto, exagerada --juros elevados e tributos irracionais-- para manutenção de “superávits primários” excessivos, ou seja, muito acima dos 4,25% (havia sido acordado com o FMI um “superávit” de apenas 3,75% no governo Fernando Henrique), os ministros petistas demonstravam o desejo de implantação de uma república socialista.

Assim é que, apesar de o Brasil ser dos países mais evoluídos do mundo na agropecuária, lutando para vencer barreiras comerciais aéreas e condenáveis impostas pelos países desenvolvidos menos competitivos neste setor, o Ministro da Reforma Agrária estimulava os violadores da lei e da propriedade legal a conturbar o cenário nacional, apoiando as invasões de imóveis rurais produtivos e nada fazendo contra a invasão de prédios públicos --sem perceber que a principal característica do MST é não respeitar o Direito, a lei e a democracia, procurando, sem representação parlamentar, impor suas idéias ditatoriais e dividir as propriedades rurais entre um pequeno número de brasileiros de sua ideologia, as mesmas propriedades que levaram o país a tornar-se uma potência agropecuária.

Por outro lado, no plano internacional, ditadores notórios passaram a ser homenageados pelo governo, como Fidel Castro, Hugo Chaves, Kadafi, o “Presidente” da Síria, como forma de mostrar que a democracia --hoje a maior riqueza política do Brasil-- não é o que mais importa aos nossos governantes e seus aliados. E todas as ditaduras cortejadas pelo Presidente Lula têm tendência ou socialista ou anti-americana.

Ainda nesta linha, o BNDES, dirigido por curiosa personagem, passou a hostilizar empresas nacionais, inclusive sugerindo à maior empresa exportadora brasileira (Embraer) que “rebolasse” para pedir empréstimos. Enquanto isso, passou a oferecer crédito --dinheiro brasileiro tão importante para a recuperação da nossa economia-- para aliados do governo, entre os quais o sanguinário ditador Fidel Castro e governantes socialistas de outros países. Em vez de auxiliar empresas nacionais importantes, partiu em socorro de tiranetes internacionais de cunho nitidamente socialista.

A Ministra da Energia apresentou, por outro lado, um plano para o desenvolvimento do setor no país tão estatizante, que mereceu, no dia seguinte, a crítica desfavorável da unanimidade do empresariado nacional, tendo as ações das empresas do setor perdido, na Bolsa, quase 10% de seu valor.

Como o governo presta maus serviços nas áreas da assistência social e da educação, têm essas deficiências sido supridas pelas confederações e Federações de empresas (indústria, comércio, agricultura e outras) que atuam na formação de legiões de empregados mais preparados para o desafio da modernidade, através das excelentes escolas do SESI, SENAI etc. Pretende, o governo, agora, retirar as contribuições do sistema “S”, que mantêm tais serviços, para passá-las para o seu “Caixa”, com o que, a julgar pela qualidade dos serviços públicos prestados nas várias áreas (má escola, mau atendimento de saúde, má assistência social), certamente, tais serviços receberão uma “contribuição de pioria” e o governo uma “contribuição de melhoria” para suas burras, destinadas a manter as esclerosadas estruturas do poder.

Por outro lado, os diversos ministérios –alguns criados especialmente para os partidários do governo— vem recebendo um inchaço crescente de correligionários dos detentores do poder, o que vale dizer: a administração pública vai se tornando cada vez mais colorida de vermelho e cada vez mais destituída de experientes burocratas ou especialistas. Mais do que ser experiente ou burocrata competente, atualmente é importante ser correligionário, com o que o inchaço da máquina estatal em nada representou melhoria da eficiência dos serviços prestados. Ao contrário, houve razoável deterioração de atendimento, bastando lembrar o recente episódio do recadastramento das pessoas com mais de 90 anos.

Em matéria tributária, o governo é um desastre. Não corrigiu a tabela do I.Renda, aumentou a Cofins muito além do razoável (de 3 para 7,6%) para introduzir uma não-cumulatividade, que comportaria alíquotas menores, sobre ter instituído pesada incidência nas importações de produtos –o princípio não seria irrazoável com uma alíquota menor--, com o que os 37,5% do nível da carga tributária do 1º semestre de 2003 (dados do IBPT), deverão ser elevados para mais de 38%, possivelmente 40%, para o ano próximo.

Pretendeu –e não conseguiu— introduzir a progressividade no imposto sobre heranças e doações, que possibilitaria ao Estado, em 2 ou 3 gerações, assumir o controle das principais empresas privadas brasileiras, mas manteve a desvinculação da receita de tributos, a CPMF e introduziu uma transferência de recursos da CIDE para Estados e Municípios, que implicará, no futuro, aumento da incidência de tal contribuição interventiva sobre o preço dos combustíveis.

Outorgou, por outro lado, a Municípios, o direito de aumentar consideravelmente o ISS, através da ampliação do elenco de serviços da Lei Complementar n. 116/03, com o que, em ano eleitoral, deverão os contribuintes ser sufocados, para que os senhores prefeitos façam as campanhas de reeleição e possam cumprir a lei de responsabilidade fiscal, que não estão cumprindo, livrando-se da pena maior que é a inelegibilidade.

No “marketing” político, por outro lado, nunca os governos petistas gastaram tanto em publicidade. São Paulo é o maior exemplo do excesso de dispêndio com verbas de publicidade, em que os gastos do dinheiro do povo para promoção pessoal dos detentores do poder fazem da administração anterior uma administração de anacoretas no deserto.

Acresce-se a crescente nomeação de correligionários sem concurso, com leis aprovadas nas Câmaras Municipais para que amigos do poder sejam contratados, ao arrepio do exigido pela Constituição Federal.

Acrescente-se a tentativa de minorar o impacto de investigações necessárias, como a dos gastos em viagens de elementos do governo ou da apuração do assassinato do Chefe da Administração econômica da Campanha do Presidente, o que intranquiliza a população sobre a “seletividade” dessas apurações dependendo de seus objetivos serem considerados pró ou contra o governo.

Por fim, a tentativa de calar o Judiciário é inequívoca. O controle externo, que não aceita para suas administrações --seja na Polícia Federal, seja na Receita Federal, seja nas demais carreiras do Estado-- desejam impor ao Poder Judiciário, o melhor dos 3 Poderes.

Estou convencido de que o governo sabe o que quer. Quer uma República com direção exclusiva e centralizada, inclusive no campo econômico, para impor um modelo em que as liberdades sejam cada vez mais reduzidas e fiquem subordinadas exclusivamente aos humores dos detentores do poder. Acreditam – e conhecendo Dirceu, Lula, Mercadante, Genoíno, Luizinho, Márcio e outros sei que são políticos honestos— que poderão ser bem sucedidos, onde os países socialistas fracassaram, porque acreditam neles mesmos e que ao imporem esta forma de Estado e de República à população, para o bem do Brasil, instituirão uma desenvolvida e “justa” República socialista.

Apesar de conhecer seus ideais e reconhecer integridade moral daqueles que hoje dirigem o país, estou convencido de que o projeto petista está fadado ao fracasso, pois tira a potencialidade do segmento social que sabe gerar desenvolvimento e empregos, transferindo-a para correligionários e amigos do poder, que não têm qualquer expressão e experiência no gerenciamento da coisa pública.

Esta é a razão pela qual --enquanto Rússia, Índia, México, China crescem mais de 6% ao ano em 2003, o país continua patinando no PIB 0 e carga tributária de 38%.

Gostaria que os nossos governantes raciocinassem sobre as lições da história, que cortejassem menos os ditadores e voltassem mais os olhos para aqueles que, dentro do Brasil, são os geradores de emprego e que, em 2004, abandonassem o projeto socialista, que se delineia a cada passo de sua trajetória no poder, em prol dos justos anseios de nossa sociedade de alcançar o desenvolvimento econômico sem perder o Estado de Direito e as conquistas da democracia.